

## **OACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Doutor Laurentino Dias, com a presença do primeiro secretário Doutor Raul Cunha e segundo secretário Doutor Manuel Cunha. Verificada a existência de quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. Seguidamente, foram anunciados os pedidos de suspensão de mandato, por se encontrarem ausentes do Município: - *por um período de trinta dias*, Olinda Joaquina Teixeira Alves e José Pedro Soares Coelho Ribeiro, eleitos pelo Partido Socialista; - Duarte Teixeira Rocha, Maria José Leite Teixeira e José Humberto Fernandes Castro, eleitos pelo Partido Social Democrata; - *por um período de cento e oitenta dias* - Ana Catarina Marques Marinho Mendes, eleita pelo Bloco de Esquerda. Solicitaram a sua substituição, por se encontrarem ausentes do concelho, António Jorge Nogueira Barroso, Susana Fátima Amorim Pinto Cortez de Almeida, Nelson Daniel da Silva Pereira, Victor José Lemos, Nuno Vasco Moreira Lopes, Jorge Carlos Pereira Lemos, Matilde Mendes Silva Carvalho e João Pedro Leite Castro Frazão, eleitos pelo Partido Social Democrata; Albino Gonçalves da Costa e Rui Pedro Ribeiro Valente, eleitos pelo Partido Socialista e Orlando Carvalho Leite, eleito pelo Partido Popular CDS/PP. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Pediram, ainda, a sua substituição os Presidentes da Junta de Freguesia Arnozela e Serafão, pelo Secretário e Tesoureiro, respectivamente. Tomaram assento na Assembleia os respectivos substitutos, após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de sessenta e oito membros. --

-----De seguida, o Presidente da Mesa propôs que, antes de darem início aos trabalhos, se procedesse à discussão e votação da proposta de destituição da Mesa da Assembleia Municipal, subscrita pelos Grupos Parlamentares do Partido Social Democrata, da Coligação Democrática Unitária, do Partido Popular CDS/PP e do Bloco de Esquerda. -----

-----Tomou a palavra Victor Silva para ler e apresentar a proposta, dizendo que a mesma surgia devido ao conseqüente atraso no início das sessões provocado pela Mesa, pela não elaboração das actas das respectivas sessões, pela convocação extemporânea dos Membros da Assembleia, bem como pela entrega incompleta da documentação. Mencionou, ainda, que a postura altiva e arrogante do Presidente da Mesa denunciava um total desrespeito pelos princípios democráticos que deveriam reger a Assembleia Municipal. Nestes termos afirmou que os subscritores da proposta propunham a destituição da Mesa e que a votação fosse efectuada por voto secreto. Afirmou, ainda que a Mesa tem dado um mau exemplo de funcionamento do Órgão Assembleia Municipal. -----

-----Tomou a palavra Miguel Summavielle para dizer que concordava com o teor da proposta alegando que, uma vez mais, a documentação não lhe tinha sido entregue dentro do prazo legal. Afirmou ainda, que o que pretendiam era que a Assembleia Municipal funcionasse dentro do entendimento que tinham das regras democráticas. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, por voto secreto, sendo rejeitada, com três votos brancos, um voto nulo, quarenta e três votos contra e vinte a favor. -----

-----Tomou a palavra Aureliano Barata para fazer uma declaração de voto com o seguinte teor: *“Lamento que, de há tantos anos para cá, o problema das actas continuem. A existência de um registo dos assuntos debatidos na Assembleia Municipal era importante no sentido de, futuramente, poderem ser estudados.”* -----

-----De seguida, Vitor Silva apresentou uma declaração de voto que fica arquivada em anexo à presente acta. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra Pompeu Martins para se regozijar pelo facto de não ter apresentado qualquer forma de votação e o resultado obtido ser tão expressivo. Fez também um reconhecimento à Mesa por se manter em funções. -----

-----Por fim, tomou a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para dizer que iria continuar a exercer as suas funções como sempre e a pensar o mesmo, atendendo a que era de opinião que o papel desempenhado pelo Presidente da Assembleia Municipal era o de facultar que

todos os membros expressassem as suas ideias livremente e que não iria vedar o direito da palavra a ninguém, independentemente do partido a que pertencesse. -----

-----Afirmou, ainda, que era com tolerância que dirigia a Assembleia Municipal. Finalmente, agradeceu a todos os que confiaram e continuavam a confiar nele. -----

----- Posteriormente, procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

----- Passou-se ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

-----Foi comunicado, pelo Presidente da Mesa, da existência de três propostas. -----

-----Foi dada a palavra a Raul Cunha, que procedeu à leitura do voto de protesto, subscrito por vários membros da Assembleia Municipal, relativo à proposta de alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, preparadas pelos Dirigentes Nacionais do Partido Socialista e Partido Social Democrata e a Direcção dos respectivos Grupos Parlamentares, mais concretamente ao que se pretendia aprovar no artigo cinquenta e três, que visava excluir os Presidentes de Junta de Freguesia, enquanto membros da Assembleia Municipal, da aprovação das Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal e suas Revisões, mantendo-os, no entanto, na apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas. Afirmaram que, dessa forma, atentavam contra a dignidade e subalternizavam o papel dos Presidentes de Junta de Freguesia e sua participação nas Assembleias Municipais. -----

-----Nos termos supramencionados, era proposto que a Assembleia Municipal de Fafe, solidarizada no mesmo espírito e entendimento, rejeitasse o projecto de alteração em questão, por considerarem que as alterações propostas eram atentatórias da dignidade das Freguesias e dos seus representantes. -----

-----Era proposto, ainda, que da referida deliberação fosse dado conhecimento ao Doutor Jaime Gama (Presidente da Assembleia da República), ao Senhor Engenheiro José Sócrates (Secretário-Geral do partido Socialista), ao Senhor Doutor Luís Filipe Menezes (Presidente do Partido

Social Democrata), ao Senhor Doutor Alberto Martins (Presidente do Grupo Parlamentar do PS), ao Senhor Doutor Pedro Santana Lopes (Presidente do Grupo Parlamentar do PSD) e à comunicação social nacional e local. -----

-----Colocada a votação, **foi aprovada, por maioria, com um voto contra.**

-----Seguidamente, por Raul Cunha foi lida a proposta número dois referente à atribuição da “Medalha de Ouro de Mérito Concelhio” ao Grupo Cultural e Desportivo dos Restauradores da Granja, atendendo às mais variadas modalidades desportivas promovidas, como as marchas da liberdade, BTT.DH e os percursos pedestres. -----

-----Foi ainda proposto que o prémio fosse entregue na cerimónia das comemorações do dia 25 de Abril de 2008 e que da proposta fosse dado conhecimento à própria colectividade, ao Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e à Comunicação Social, para conhecimento de todos os fafenses. -----

Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.** -----

-----Por fim, por Manuel Cunha, procedeu-se à leitura de uma proposta relativa ao voto de congratulação ao Governo pelos excelentes resultados obtidos pela Presidência Portuguesa da União Europeia, que culminou com a assinatura do Tratado de Lisboa no dia doze de Dezembro de dois mil e sete.--

-----Tomou a palavra Aureliano Barata para dizer que o Tratado de Lisboa era lesivo para a maior parte das pessoas que trabalhavam em Portugal, afirmando que não concordava com esse Tratado. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com um voto contra e oito abstenções. -----

-----De seguida, foi dado o início ao período de intervenções. Tomou a palavra Victor Silva, eleito pelo Partido Social Democrata, para, relativamente à Naturfafa, solicitar ao Presidente da Câmara esclarecimentos sobre a sua actual situação, nomeadamente, quais as actividades realizadas durante o ano de dois mil e sete; quais os meios físicos que o município tinha disponibilizado para a referida cooperativa; qual o protocolo estabelecido para o uso ou utilização dos equipamentos supra referenciados, atendendo à sua natureza pública; que benefícios ou contrapartidas retirava o município da concessão à Naturfafa de tais equipamentos, uma vez que, pela sua utilização era cobrada uma taxa ou preço de utilização a potenciais utilizadores; que papel

desempenhavam os demais cooperantes junto da cooperativa em discussão, designadamente os privados, atendendo a que, segundo a opinião pública não eram “tidos nem achados”, mesmo os que tinham representação nos respectivos órgãos sociais. -----

-----Relativamente à expansão do Parque Eólico das Terras Altas de Fafe, e porque apenas no presente momento é que os particulares estavam a tomar consciência da verdadeira dimensão das consequências provocadas e atendendo às queixas efectuadas, perguntou se a Câmara iria disponibilizar um gabinete de apoio aos residentes em Aboim e Várzea Cova, principais afectados pela obra. -----

-----Terminada a sua intervenção, foi dada a palavra a Joaquim Magalhães, eleito pela Coligação Democrática Unitária, que iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente ao muro de Antime, não se iria alongar em considerações, prometendo, no entanto, que voltaria ao assunto, independentemente da decisão judicial. -----

-----Relativamente às críticas efectuadas pelo facto de, em Abril de dois mil e seis, terem apresentado a destituição da Mesa da Assembleia, afirmou que actualmente se torna mais evidente a razão da proposta apresentada, nomeadamente, o actual desprestígio da Assembleia Municipal, fruto da prepotência da Mesa, seus membros iniciais, substitutos e do Senhor Presidente da Mesa, em convívência com a maioria do Partido Socialista. -----

-----Quanto à acusação do responsável pela Comissão Política de Fafe do Partido Socialista ao culpar a oposição pela situação em que a Assembleia se encontrava, mencionou que essa era uma prática corrente do Partido Socialista. Mencionou ainda que a culpa era dos membros representados na Assembleia, Câmara Municipal e estruturas locais do Partido Socialista que ignoraram os alertas da oposição, achando que por terem a maioria assumiram, com a prepotência de que tudo sabiam, seguindo o seu rumo e desprestigiando o órgão autárquico e seus membros. -----

-----Seguidamente, enumerou uma série de acções do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal relativas à prepotência manifestada no exercício das suas funções. -----

-----Recorrendo ao ditado popular de que *pela boca morre o peixe*, afirmou que os vinte e cinco anos de experiência a que frequentemente o Presidente da

Mesa recorria se traduziam em trapalhadas, processos e anulações de decisões da Assembleia, prejudicando a imagem do Órgão que representavam, bem como o Município. -----

-----Disse, também, que, mesmo com o jogo viciado, um dia existiria um *boletim encarnado* que tornaria *este campeonato das autárquicas* mais justo e de igual para igual e que o Partido Socialista sairia derrotado e talvez *descesse de divisão*. -----

-----Afirmou, ainda, que, uma vez mais, a presente sessão estava ferida de erros e não cumprimento de prazos e legalidades, nomeadamente, que existiam membros que tinham sido convocados fora do prazo determinado pelo Regimento. -----

-----Fez, também referência ao item *Nota* da convocatória que remetia a continuidade da presente sessão para o dia seguinte, até conclusão dos trabalhos, alegando que, nos termos do Regimento as sessões não poderiam exceder as três horas, como tal, não poderia ser colocada essa expressão de *até conclusão da matéria agendada*. -----

-----Finalizou a sua intervenção fazendo uma referência à forma com se tinha processado a substituição dos membros na presente sessão, dizendo que não tinha sido cumprido o Regimento ou da Lei. -----

-----Seguidamente, usou da palavra Simão Freitas, eleito pelo Bloco de Esquerda, que apelou às consciências dos membros da Assembleia para que fizessem uma reflexão sobre a actual situação do país, mais concretamente na atitude individualista e comodista dos Portugueses, que viviam de uma forma de *deixa andar que alguém há-de resolver*, questionando sobre o que era feito do povo determinado que disse *não a um regime fascista*. -----

-----Seguidamente, enumerou algumas das consequências das medidas políticas que estavam a ser tomadas pelo Governo, nomeadamente ao nível da saúde, educação, económico e social. -----

-----Fez uma análise crítica à atitude dos membros do Governo que utilizavam números estatísticos falsos para camuflar a verdadeira situação do país. -----

-----Por fim, referenciou as reformas efectuadas e que não se ajustavam à realidade do país. -----

----- Terminada a sua intervenção, tomou a palavra Ricardo Antunes para fazer umas observações relativas à qualidade de serviço das Urgências do Hospital de Fafe, nomeadamente, ao modelo organizacional utilizado - a triagem de “manchester” - que estava a provocar uma acumulação de taxas moderadoras e sucessivas triagens ou aumento do tempo de espera, uma vez que do resultado da triagem os utentes poderiam ser reencaminhados para o Centro de Saúde. Afirmou que o sistema utilizado fomentava uma perda de qualidade dos serviços. -----

-----Sugeriu que se efectuasse uma reflexão do modelo adoptado, demonstrando alguma preocupação no sentido de que a utilização do modelo de “triagem de manchester” poderia conduzir ao modelo economicista e político definido pelo Governo que era o encerramento das urgências, e que a diminuição do número de urgências poderia levar ao encerramento do Serviço de Urgências do Hospital de Fafe. -----

-----Por fim, solicitou que o membro da Assembleia Municipal que fazia parte do Conselho de Administração do Hospital de Fafe esclarecesse algumas das situações mencionadas. -----

-----De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim para se congratular pela marcação de sinalização da Estrada Municipal 614, no entanto fez o reparo, dizendo que a marcação já não se encontrava tão visível. -----

-----Relativamente ao Parque Eólico, mencionou que desconhecia qualquer queixa dos moradores de Aboim. -----

-----Seguidamente, usou da palavra Leonor Castro que fez uma análise crítica à mensagem de Natal do Primeiro-Ministro, afirmando que o cenário *cor-de-rosa* por ele pintado em nada condizia com a realidade do país. Disse também, que seu discurso se devia, ou à exacerbação do seu lirismo e à sua perda de noção da realidade, o que não acreditava, ou então, e mais grave, tinha a noção de que estaria a levar o país para o abismo, e continuava a ludibriar os portugueses. -----

-----Fez um comentário ao Tratado Reformador ou Tratado de Lisboa, defendendo que, para Portugal e para os Trabalhadores Portugueses, tinha sido um mau Tratado uma vez que, entre outros danos, Portugal iria perder influência e representatividade. Afirmou que o papel do Banco Central Europeu

iria manter-se inalterado, dedicado a garantir estabilidade dos preços, da política monetária e de garantir o deficit público e os critérios de convergência, impondo a supressão progressiva às restrições, ao investimento directo estrangeiro, onde entrava a famigerada Flexigurança. -----

-----Disse que se iria manter a porta aberta para formação de um Directório de grandes Países; que Portugal iria perder a soberania e a gestão dos seus recursos marinhos; e que a Carta dos Direitos Sociais tinha sido retirada do seu texto, sendo remetida para um anexo, numa perspectiva neoliberal. -----

-----Fez, ainda, referência à ratificação do Tratado, dizendo que, o Primeiro-Ministro se preparava para, uma vez mais, não cumprir as promessas contidas no programa do seu Governo, ou seja, não promover, como prometera, o referendo, como forma a permitir o debate, o esclarecimento, a tomada de posição esclarecida e consciente. -----

-----Mencionou, também, que era inadmissível o facto de Portugal não ter aproveitado a influência da Presidência para propor que a União Europeia accionasse a cláusula de salvaguarda que impunha restrições à entrada dos têxteis e calçado Asiáticos sem controlo. -----

-----Finalizou a sua intervenção afirmando que não era contra a União Europeia mas sim contra o que a presente União Europeia queria impor a Portugal e aos Portugueses, defendendo antes uma Europa social, solidária, de Paz. -----

-----Por fim, tomou a palavra o Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, dizendo que, quanto à Naturfate, em breve iriam ser remetidas as Contas à Câmara, para posteriormente serem apresentadas à Assembleia. -----

- Relativamente ao Parque Eólico, informou que não estava prevista a criação de um gabinete de apoio, uma vez que não tinha conhecimento de qualquer reclamação, referindo, no entanto, que o referido Parque tinha sido sujeito a estudos de impacto ambiental. -----

- Quanto às marcações da EM 614, informou que a empreitada ainda estava dentro da garantia e que se as marcações estavam apagadas a empresa teria que fazer nova marcação. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, entrando-se na Ordem do Dia: -----

-----**PONTO DOIS PONTO UM** – *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal.* -----

-----Como ninguém se pronunciou, passou-se de imediato para o **PONTO DOIS PONTO DOIS** – *Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e oito.* -----

----- Senhor Presidente da Mesa, sobre este ponto, propôs à Assembleia Municipal o método de discussão, idêntico ao utilizado nos anos anteriores, ou seja, a discussão conjunta na generalidade e na especialidade, seguindo-se primeiro a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e depois dos diversos grupos parlamentares e demais intervenções. Propôs, ainda, que findas as intervenções a votação se realizasse em três momentos: na generalidade, na especialidade e na globalidade. Propôs, também, que se procedesse à discussão e votação dos Pontos **dois ponto dez e dois ponto onze** aquando da votação do Orçamento, atendendo o teor dos referidos pontos. -----

-----Não havendo objecção à proposta efectuada, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que procedeu à explicação das acções previstas e descritas no preâmbulo do Plano e Orçamento de dois mil e oito. ---

-----Afirmou ainda que o presente Orçamento era maior e mais realista, que tinha sido condicionado por algumas obras impostas e que ainda não tinham sido concluídas. -----

-----Seguidamente tomou a palavra Simão Freitas para referir que, como tinha defendido, deveria ser um orçamento mais participativo, no qual deveriam ser consultadas empresas, parceiros sociais e outras entidades. Afirmou que deveria ser-lhes dada a possibilidade de opinar e sugerir sobre os temas *empregabilidade dos fundos disponíveis*, uma vez que eram estes os motores do desenvolvimento da região. -----

-----Quanto aos impostos afirmou que, mais uma vez, tinham sido aplicadas as taxas máximas, tanto na Derrama como no IMI e que, relativamente ao IRS, a intervenção do Presidente da Câmara parecia ser em jeito de *favor*, ao propor a taxa variável em apenas três por cento, quando, de acordo com o artigo vigésimo da Lei das Autarquias Locais, esse era o valor máximo aplicável. Afirmou também que não concordavam com a referência do Presidente da Câmara relativa à menção de *perda de receita municipal*, uma vez que esse montante revertia a favor das famílias fafenses. -----

-----Relativamente aos empréstimos contraídos e aos passivos financeiros, perguntou ao Presidente da Câmara como explicava o aumento de endividamento, atendendo ao período de *vacas magras* e de grande rigor, quadro que se esperava inalterado nos próximos ano, afirmando que estavam a comprometer o plano de investimentos plurianual apresentado e orçamentos futuros. Fez ainda referência aos juros altos que representavam uma parte significativa da despesa. -----

-----Quanto aos investimentos, afirmou que foi preciso a ASAE fechar o Mercado Municipal para que se tomasse consciência da falta de condições do mesmo, quer para trabalhadores ou utentes. Nesse sentido, perguntou se existia alguma solução provisória alegando que a exemplo da inexistência de condições do mercado, os pré-fabricados também não as deveria ter. -----

-----Criticou o trabalho desorganizado relativamente à execução dos investimentos efectuados pela Câmara, nomeadamente, à realização de várias obras em simultâneo, sem haver capacidade para as concretizar até ao final com a qualidade que lhe era exigida e prometida. -----

-----Finalizou, fazendo uma observação à realização de investimentos na rede de estradas, dizendo que, para além do valor já gasto e do previsto não se vislumbravam melhoramentos consideráveis, atendendo o actual estado das estradas, esperando, no entanto que o próximo dinheiro investido nas estradas do concelho fosse de facto bem aplicado e utilizado de forma a melhorar o serviço das vias de comunicação. -----

-----De seguida, tomou a palavra Belarmino Costa para atribuir um voto de congratulação à Câmara pela distribuição do Plano e Orçamento em formato digital. -----

-----Seguidamente, procedeu à análise do Plano e Orçamento dizendo que o presente Orçamento era o maior Orçamento de sempre, porém estava comprometido pelos compromissos já assumidos e as alienações inoportunas, em devido tempo alertadas. -----

-----Mencionou que à Assembleia cabia analisar, discutir, confrontar ideias e posições, apresentar propostas e caminhos alternativos, e, por sua vez, o Executivo deveria ouvir e acolher os contributos e as ideias dos partidos da oposição, no sentido de cuidar do interesse público. -----

-----Fez algumas observações relativamente às responsabilidades do Presidente da Câmara, alegando que sempre que os problemas e erros eram causados pelo Executivo, ao invés de os assumir e corrigir, desculpava-se e aligeirava as responsabilidades. No entanto, quando era a Assembleia a agir incorrectamente, o Presidente da Câmara era hábil a afirmar que o problema era da Assembleia. -----

-----Afirmou que o Orçamento apresentado era irrealista, tal como os anteriores, que primava pela dúvida, que fazia promessas condicionadas e no qual se lamentava o facto de se viver num período de *vacas magras*, mas davam-se ao luxo de aumentar a despesa corrente, em vez de a diminuir. -----

-----Disse, ainda, que o Plano apresentado não era para ser cumprido e o Orçamento não era para ser executado, mas sim, para adiar como os anteriores. -----

-----Enumerou algumas das promessas condicionadas constantes do Plano e Orçamento, como a promessa de investimento na rede de águas pluviais, mediante o prévio conhecimento dos recursos constantes do novo quadro comunitário; a implementação de um sistema de transportes urbanos em Fafe, mas só depois de alargarem o estacionamento pago a mais zonas da cidade; a conclusão, até dois mil e nove, da aposta na educação, mas no caso das escolas do primeiro ciclo, em Fafe, precisava que o Governo cumprisse com os investimentos num nova escola secundária para resolver os problemas do ensino básico; a construção de uma Área Desportiva no Parque da Cidade, porém teriam que esperar por apoios do Governo. -----

-----Referenciou a proposta de aumento do endividamento da Câmara em cerca de quarenta por cento, quase esgotando a sua capacidade total de endividamento; -----

-----Relativamente ao recurso a empréstimos bancários, afirmou que não eram contra o empréstimo a recuperação do Cine-Teatro, no entanto são de opinião que, para os investimentos tão avultados já efectuados e a fazer nesse equipamento, deveriam já estar definidas as formas de utilização e gestão, no sentido de haver uma melhor empregabilidade dos dinheiros públicos, o que não estava a acontecer. -----

-----Sobre a possibilidade do Cine-Teatro ficar pronto antes do ano de dois mil e doze, sugeriu a inclusão desse ex-libris da cultura regional no roteiro de

eventos a realizar no âmbito do projecto Guimarães – *Capital Europeia da Cultura*.-----

-----Afirmou, ainda, que a capacidade de endividamento da autarquia quase no limite iria comprometer projectos futuros, que ficariam sem margem de manobra, até para captar receitas comunitárias. -----

-----Perguntou sobre o motivo do aumento da despesa corrente ser superior a oito por cento, significando mais do triplo da inflação prevista para o ano de dois mil e oito. -----

-----Fez referência à taxação excessiva num concelho depauperado, com taxas de desemprego e sub-emprego das mais elevadas e onde as empresas estavam asfixiadas, encerravam, reduziam postos de trabalho e ameaçavam mais desemprego; que, ao contrário de todas as autarquias vizinhas, e muitas outras do país, as taxas do IMI estavam nos limites máximos, bem como as taxas da Derrama sobre empresas, mesmo sendo a realidade da indústria, do comércio e dos serviços, em Fafe, uma perfeita penúria de rendimentos.-----

-----Quanto à fixação da taxa variável de IRS em três por cento, afirmou ter sido uma medida positiva para os cidadãos fafenses, e que não poderiam estar contra ela. Mencionou, porém, que eram mais a favor de uma outra perspectiva que incidisse sobre as famílias mas também sobre as empresas, uma vez que eram essas quem geravam e sustentavam o emprego, e sem emprego, as famílias ficariam mais pobres. -----

-----Concluiu dizendo que, por todos os motivos assinalados, porque muitas das obras de que se tinha feito eco seriam empurradas para o ano de dois mil e nove e seguintes, pela forma de agir dos responsáveis do Município e a dinâmica (ou a falta dela) dos representantes do Partido Socialista que, sempre que as dificuldades cresciam e os erros aumentavam, se desculpavam, e porque apesar de, em tempo oportuno, terem referido a inoportunidade das aquisições de edifícios (caso recente do Ex-Grémio da Lavoura), sem qualquer projecto ou necessidade à vista, os deputados do Partido Social Democrata iriam votar contra o presente Orçamento. -----

-----Terminada a sua intervenção, tomou a palavra Miguel Summavielle que começou por salientar o aumento das despesas correntes e criticar a forma como eram geridos o orçamento e os destinos do concelho. Afirmou que a presente situação financeira da Autarquia se devia aos

investimentos/aquisições efectuados e que serviam apenas para ampliar o património da Autarquia. Disse, ainda, que apenas os investimentos efectuados na área da cultura eram louváveis. -----

-----Relativamente aos investimentos na área da educação, afirmou que apenas a Câmara estava a cumprir o protocolado, uma vez que com uma leitura atenta do PIDDAC se verificava que a construção da nova escola secundária, para desactivação dos núcleos primários da cidade, não estava incluída verba. Referiu ainda, que foi proposto por um deputado do Partido Comunista Português a inclusão dessa obra em PIDDAC, como outras para o nosso concelho, e a bancada do Partido Socialista tinha votado contra essas alterações do PIDDAC. -----

-----Disse, ainda, que o cumprimento da Carta Educativa trazia custos para a Autarquia, logo a Câmara deveria fazer sentir ao Governo que também ele deveria cumprir com as suas obrigações e ter incluído em PIDDAC a verba para a construção da nova escola secundária. -----

-----Louvou o esforço que a Câmara estava a fazer com as obras da água e do saneamento, mesmo estando estas enquadradas nas Águas do Ave. Quanto às Águas do Ave e atendendo a que a Câmara tem parte nessa empresa, solicitou que fossem fornecidos o relatório e contas da empresa, uma vez que, de acordo com o que estava previsto na lei, a Assembleia deveria tomar posição sobre esse documento para perceberem por onde andam os dinheiros públicos. -----

-----Quanto à obra de recuperação do Cine-Teatro perguntou se o processo não deveria ser invertido, ou seja, uma vez que a Autarquia já tinha adquirido o edifício, se não deveria, primeiro pressionar o Governo, no sentido de obter uma garantia de financiamento e posteriormente iniciar a obra e não o contrário, ou seja, executar a obra recorrendo a financiamento, sem a garantia de participação por parte do Governo. Disse ainda, que, uma vez recuperado, se deveria ter atenção em criar uma programação cultural com actividades e não aquilo que o Multiusos presentemente tinha. -----

-----Relativamente ao espaço da feira sugeriu que se reflectisse a sua localização e que no actual local se criasse uma zona verde, deslocando a feira para um local com melhores acessos, de forma a não condicionar o trânsito na cidade. -----

-----Focou ainda as obras previstas para o Parque da Cidade, dizendo que o investimento previsto o agradava, mesmo não percebendo onde se enquadrava a proposta apresentada há meses relativa à criação de uma zona verde desde Pardelhas à Ponte de S. José. -----

-----Quanto à construção das infra-estruturas desportivas no Parque da Cidade, afirmou que se deveria aproveitar a influência do Presidente da Assembleia Municipal no Governo no sentido de protocolar e obter benefícios para Fafe. Disse, ainda, esperar que tenha sido prevista uma verba para as zonas que não iriam ter qualquer intervenção, de forma a prever a sua integral arborização e revestimento. -----

-----Sobre o IMI, fez uma comparação das taxas praticadas no concelho de Fafe e dos concelhos limítrofes, alegando que o facto de Fafe ter taxas superiores afectava toda a população. O mesmo se passava com a Derrama.

-----De seguida, interveio o Presidente da Junta de Fafe, para dizer que, atendendo ao aumento do valor das verbas transferidas pelo Governo para o Município, esperava que as transferências para as Juntas de Freguesia fossem aumentadas, o que não aconteceu. Nessa perspectiva, afirmou que os principais prejudicados seriam os munícipes que viviam nas periferias, atendendo a que era uma das zonas onde mais actuava, bem como os grupos culturais e desportivos onde a Junta intervinha. -----

-----Disse que, depois de verificar a existência de verba para a realização da obra da Rua José Cardoso Vieira de Castro, e como a obra da Ponte do Ranha também estava no mesmo lote, perguntou se era desta vez que se iria fazer uma intervenção na Rua Ponte do Ranha, uma vez que, desde o vinte e cinco de Abril, não se fazia qualquer intervenção no local. -----

-----Solicitou também que se fizesse o arranjo dos passeios junto ao Lar.-----

-----Chamou, ainda, a atenção para as obras junto do E.Leclerc, nomeadamente, que os restantes comerciantes daquela zona não ficassem prejudicados. -----

-----Disse que tinha ficado contente por saber que o Parque da Cidade ia ser intervencionado e congratulou-se pela proposta de criação de transportes urbanos de Fafe, alegando que tal medida iria beneficiar as crianças que frequentavam as escolas e que não tinham transportes. -----

-----Finalizou a sua intervenção dando os parabéns à Câmara pelo esforço que estava a ser feito com as obras de saneamento, uma vez que, não sendo uma obra que se via, era uma obra necessária. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra José Manuel Batista, que fez a apresentação das propostas dos pontos **dois ponto dez - Fixação da Derrama, para o ano de dois mil e oito, em um vírgula dois por cento** -, e **dois ponto onze – Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de dois mil e oito, em zero vírgula sessenta e cinco por cento para os prédios urbanos, zero vírgula quatro por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e zero vírgula sessenta e cinco para os prédios rústicos.** -----

-----Relativamente às propostas apresentadas, afirmou que surgiam com o propósito de aliviar a carga fiscal que era cada vez mais incomportável, quer para as famílias quer para as empresas fafenses. -----

-----Disse que desta forma tinham colocado as ideias que tinham sido verbalizadas no papel, querendo, dessa forma vincular a Assembleia com as decisões que iriam ser tomadas, para que, de forma clara e objectiva, se pudesse saber quem estava do lado das famílias e das empresas. -----

-----Afirmou que, numa primeira fase, se propunha uma redução em vinte por cento das taxas da Derrama e do IMI, defendendo que a redução da Derrama, no presente período, era fundamental, atendendo às dificuldades de sobrevivência das empresas, com as consequências que eram conhecidas, resultando, na maioria das vezes, no aumento do desemprego. -----

-----Alegou, ainda, que as propostas faziam ainda mais sentido quando nos concelhos limítrofes as taxas aplicadas eram inferiores às praticadas no concelho de Fafe. -----

-----Mencionou, também, que a tendência futura da receita do IMI era de aumento porque a grande maioria dos prédios avaliados e que ainda estavam abrangidos pela isenção, com o passar do tempo a isenção iria terminar. -----

-----Terminou, afirmando que, em termos numéricos, estas propostas provocavam uma diminuição na receita de um vírgula oito por cento do orçamento, e que poderia ser facilmente recuperada noutras rubricas, nomeadamente, na renegociação do contrato com a Gamesa. -----

-----De seguida, usou da palavra Aureliano Barata, para perguntar se atendendo à ausência de verbas em PIDAC, a Escola Secundária iria ser construída à custa do Município. Perguntou, ainda, se criação de transportes urbanos implicaria o aumento de espaço de estacionamento pago. Louvou a medida tomada pelo Executivo relativa à taxa do IRS. Quanto ao IMI e a Derrama afirmou que, como sempre, desde há trinta anos, estavam a ser aplicados os valores máximos. -----

-----Relativamente à atribuição de subsídios às instituições culturais e desportivas, afirmou que deveriam ser atribuídos subsídios em função do programa-projecto definido e não atribuí-los indiscriminadamente. -----

-----Finalizou a sua intervenção fazendo uma observação relativa à via circular, afirmando que fora da área onde estão implantadas as superfícies comerciais, o piso encontrava-se bastante degradado, assim como a zona da cidade da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nomeadamente, o eixo que vai até à Ponte do Ranha. -----

-----Terminada a intervenção de Aureliano Barata, interveio Pompeu Martins para enumerar alguns dos motivos pelo qual iriam votar a favor do presente Plano e Orçamento para dois mil e oito. -----

-----Começou por dizer que o Plano era um plano realista, apesar das dificuldades que o país estava a atravessar e da exigência efectuada às autarquias no sentido de se conterem naquilo que era a despesa pública, de forma a contribuírem para o equilíbrio das contas públicas, situação a que, finalmente, se estava a chegar. -----

-----Afirmou que, apesar de todas as dificuldades, o Município continuava a dar provas claras de desenvolvimento através de obras e de iniciativas. -----

----- Disse, também, que o presente Plano mantinha a qualidade do equilíbrio e o interesse em não deixar por mãos alheias a intervenção de carácter social, no sentido de conferir dignidade humana a todos os fafenses e aumentar a igualdade de oportunidades no acesso aos bens, aos serviços e aos equipamentos públicos. -----

-----Caracterizou o Plano como sendo um Plano equilibrado uma vez que conseguia conciliar o investimento na zona urbana do concelho com a intervenção nas freguesias mais rurais e da periferia, e a distribuição de acção

por obras, que não estando à vista dos munícipes, como era o caso do saneamento, iriam contribuir para a qualidade de vida dos fafenses. -----

-----Afirmou, também, que o ano de dois mil e oito seria um ano em que se iria criar obra no concelho que o colocaria, uma vez mais, nos referenciais nacionais da qualidade e do investimento inteligente, como foi o caso das políticas sociais. -----

-----Disse que o investimento público na educação seria um investimento fulcral e com lucros visíveis na vida de cada cidadão. O investimento previsto no presente Plano e Orçamento relativo à continuidade de obra de requalificação e de construção de espaços educativos que iriam servir os diferentes níveis de ensino e que a concretizar-se até final do mandato com a construção da nova escola secundária, o concelho de Fafe ficaria, uma vez mais, como uma referência para o país e um orgulho para todos nós. -----

-----Referenciou o investimento previsto na área da protecção ao meio ambiente e da criação de espaços verdes e na área da cultura, com a requalificação do Cine-Teatro. Salientou a introdução da novidade, como a criação de condições para a existência de transportes urbanos, assim, como a requalificação do espaço que albergava a feira semanal. -----

-----Finalizou, reiterando a intenção de voto do Partido Socialista, alegando que o Plano e Orçamento para dois mil e oito reflectia o realismo e a confiança num concelho desenvolvido, moderno e solidário por que sempre se bateram e no qual se habituaram a viver. -----

-----Terminadas as intervenções, tomou a palavra o Presidente da Câmara.

- Sublinhou a intervenção de Pompeu Martins, onde foi acentuado um conjunto de políticas do Município de há anos e que estavam vertidas no presente Orçamento. -----

- Afirmou que não percebia a intenção de voto da oposição ao mencionarem que iriam votar contra, defendendo que a Câmara deveria fazer mais, mas propondo a diminuição das receitas; -----

- Disse, também, que se diminuísse as taxas, como a oposição defendia, posteriormente iria ser acusado de estar a fazer política; -----

- Fez uma comparação das taxas praticadas no Município de Fafe com as taxas praticadas nos concelhos vizinhos; -----

- Relativamente ao endividamento do Município, informou que era inferior à capacidade do município; -----
- Quanto ao aumento da despesa corrente, afirmou que era uma situação normal, atendendo ao investimento efectuado e que neste momento se tornava necessário proceder à manutenção dos referidos investimentos; -----
- Confirmou a existência de verba para a obra da Rua José Cardoso Vieira de Castro e da Ponte do Ranha, embora esta última fosse uma obra muito pesada, que exigia muitos recursos, porque era uma zona muito grande. -----
- Relativamente ao transporte de alunos, sugeriu ao Presidente da Junta de Fafe que fizesse aquilo que faziam os colegas de outras freguesias, ou seja, asseguravam o transporte que não era obrigatório com verbas do próprio orçamento. -----
- Quanto ao contrato celebrado com a Gamesa, afirmou que o mesmo não era renegociável; -----
- Mencionou, ainda, que o Município não iria construir a nova escola secundária, uma vez que era um investimento do Governo, no entanto, afirmou que o Município iria participar no esforço da sua construção; Disse, também, que esperava que na próxima reunião da Assembleia Municipal tivesse elementos mais concretos sobre o assunto. -----
- Afirmou que existia verba para o “corredor verde”. Explicou que no ano seguinte, para além de lançarem a obra da zona desportiva do Parque da Cidade, iriam também proceder à plantação de árvores e iniciar o parque de lazer, por administração directa. -----
- Disse, também, que acreditava que iriam ter verba por parte do Governo para a recuperação do Cine-Teatro; -----
- Afirmou que o presente Plano e Orçamento estava muito influenciado por um conjunto de obras que tinham transitado para o ano seguinte. Disse, ainda, que tinham um conjunto de acções que permitiriam que, daí a um ano, se realizasse investimento e acções há muito reclamados que iriam permitir uma melhoria de qualidade de vida na cidade de Fafe. -----
- Seguidamente, tomou a palavra José Manuel Batista para sugerir ao Presidente da Câmara para, a exemplo da comparação efectuada com as taxas do IMI, IRS e Derrama, comparar também as taxas de desemprego com os concelhos vizinhos. -----

-----Sugeriu ainda outras medidas que contribuiriam para a redução da despesa através da aplicação de políticas efectivas de eficiência energética, racionalização de consumos e políticas de redução de desperdício, conseguindo, dessa forma, parte dos setecentos mil euros correspondentes à redução do IMI e da Derrama. -----

-----De seguida, interveio Miguel Summavielle para afirmar que a Câmara deveria funcionar como motor de desenvolvimento. Disse que se a Câmara tivesse disponível na Zona Industrial do Socorro terreno devidamente infra-estruturado, novas empresas poderiam localizar-se naquele local, recaindo o valor dos seus impostos para os cofres da Autarquia. -----

-----Alegou ainda que a determinação das taxas do IMI deveriam ser aplicadas em função daquilo que a Autarquia dava ao Município, nomeadamente na execução de infra-estruturas. -----

-----Uma outra medida que iria contribuir para aumentar o valor das taxas do IMI seria o avanço rápido da aprovação das alterações ao PDM, de forma a incluir novos terrenos para construção, uma vez que os terrenos localizados em áreas urbanas ou urbanizáveis eram considerados urbanos, logo eram reavaliados, deixando de ser agrícolas, aumentando o valor a cobrar pelo IMI.--

-----Terminada a intervenção de Miguel Summavielle, tomou a palavra o Presidente da Junta de Fafe para perguntar ao Vereador da Cultura se podia de facto fazer o transporte das crianças, uma vez que lhe tinham informado que a Junta de Fafe não tinha transporte nem subsídio para o fazer. Dessa forma, afirmou que não compreendia as declarações do Presidente da Câmara, uma vez que competia à Câmara fazer o transporte. Disse ainda, que ao contrário do que tinha acontecia aos restantes Presidentes de Junta, à Junta de Fafe a Câmara ofereceu um autocarro em fim de vida. Afirmou que as crianças de Fafe mereciam mais, para além do autocarro velho que actualmente se encontrava em Moreira do Rei a apodrecer. -----

-----Tomou a palavra o Presidente da Junta de Moreira do Rei para esclarecer que o autocarro referenciado pelo Presidente da Junta de Fafe, se encontrava de facto na freguesia de Moreira, no entanto, o mesmo não tinha sido cedido à Junta de Freguesia de Moreira, mas a uma colectividade da Freguesia. -----

----- Encerrado o período de discussão, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de dois mil e oito, sendo estes **aprovados, por maioria, com treze votos contra e cinco abstenções**. Seguiu-se a votação nas especialidades: 1 – *Autorizar, conforme a alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, a delegar nas Juntas de Freguesia competência para o exercício de actividades e realização de investimentos constantes do Plano e Orçamento Municipal, e no âmbito do artigo 66º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que, por motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifique*; **Aprovado, por unanimidade**; 2 – *Autorizar, em conformidade com o disposto nos artigos 38º e 39º, da Lei das Finanças Locais, a contratação de empréstimos de curto prazo*; **Aprovado, por maioria, com dez abstenções**; 3 – *Autorizar nos termos da Lei das Finanças Locais o recurso a um empréstimo de médio e longo prazo, até ao limite de 3 500 000,00 (três milhões e quinhentos mil euros), para financiamento da obra do Cine-Teatro*; **Aprovado, por maioria, com um voto contra e quinze abstenções**; 4 – *Fixar, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) artigo 112º, n.º 1, alínea b) e c) as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2008 em 0,8% para prédios urbanos e 0,5% para prédios urbanos avaliados nos termos do IMI, aplicando a taxa prevista na alínea a) do referido artigo para os prédios rústicos*; Conforme o aprovado no início da votação do presente ponto, procedeu-se à votação conjunta do ponto dois ponto onze. Dessa forma foram classificadas as duas propostas da seguinte forma: **proposta da Câmara como Proposta A e proposta do Ponto dois ponto onze como proposta B**; Colocada a votação obteve-se o seguinte resultado: **Proposta A – Aprovada, por maioria, com quarenta e cinco votos a favor e uma abstenção**; **Proposta B – Rejeitada, com dezassete votos a favor e uma abstenção**. 5 – *Manter, relativamente à fixação da Derrama de 2007, a liquidar em 2008, a deliberação que foi tomada aquando da aprovação do Plano e Orçamento da Câmara para o referido ano, no âmbito agora da nova incidência prevista na actual Lei das Finanças Locais, ou seja, em 1,5% sobre o lucro tributável do IRC*. **Aprovado, por maioria, com dezasseis votos contra e doze abstenções**. 6 – *Fixar em 1,5% a Derrama para 2008, nos termos do art. 14º*

da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). A exemplo do ponto quatro, procedeu-se, também à votação do ponto dois ponto onze juntamente com o presente ponto. Desta forma, foram classificadas as duas propostas da seguinte forma: **proposta da câmara como Proposta A e proposta do ponto dois ponto dez como Proposta B.** colocadas a votação, obteve-se o seguinte resultado: **Proposta A – aprovada, por maioria, com quarenta e três votos a favor e uma abstenção e Proposta B – Rejeitada, com dezoito votos a favor e uma abstenção.** 7 – *Fixa, nos termos da alínea b), do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Janeiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, em 0,25%, para o ano de 2008. Aprovada, por maioria, com catorze abstenções.* 8 – *Fixar em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2009, sobre os rendimentos dos municípios de 2008, par o efeito do artigo 20º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).* **Aprovada, por unanimidade.** Finda a votação nas especialidades, o Senhor Presidente da Assembleia colocou para votação final global a proposta da Câmara de Plano e Orçamento, que foi **aprovada, por maioria, com quinze votos contra e três abstenções e quarenta e cinco votos a favor.** -----

-----Miguel Summavielle tomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: *“A abstenção relativamente ao empréstimo, deve-se ao facto de ser de opinião que a Câmara deveria divulgar o programa prévio, para poderem votar em consciência.”* -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Mesa para colocar a votação a continuidade dos trabalhos. Colocada a votação foi aprovada, por maioria, com onze votos contra. -----

-----Tomou a palavra Joaquim Magalhães para propor ao Presidente da Mesa que se fizesse a chamada o membros da Assembleia para aferir o número exacto de membros presentes, alegando que não era correcto votarem a continuidade dos trabalhos e posteriormente ausentarem-se da sala. -----

-----Tomou a palavra o Presidente da Mesa para dizer que compreendia a proposta de Joaquim Magalhães, no entanto, não iria fazer a chamada porque como nunca o fez, não o iria fazer agora. -----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto três. Proposta da Câmara relativa à Organização dos Serviços Municipais e alteração do Quadro de Pessoal.** –

Como ninguém quis intervir, foi colocado a votação. **Foi aprovada, por maioria, com dezasseis abstenções.** -----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto quatro – Proposta da Câmara relativa à isenção de taxas municipais às Juntas de Freguesias** – Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação. **Foi aprovada, por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Proposta da Câmara de alteração ao Regulamento do Programa Municipal para melhoria da habitação de Agregados Familiares Carenciados.** – Tomou a palavra o Presidente da Câmara para explicar as alterações propostas.-----

----- De seguida, usou da palavra Joaquim Magalhães para solicitar o relatório discriminado da execução do programa. -----

-----Seguidamente, usou da palavra Miguel Summavielle para fazer algumas observações e propor a alteração de alguns artigos. Afirmou que, no artigo segundo “*condições especiais relativas à habitação*”, a Câmara deveria salvaguardar a lisura na candidatura e a transparência de todo o processo, definindo objectiva e especificamente os critérios pelos quais seria possível efectuar a candidatura. Afirmou que deveria ser especificado quais as habitações que seriam candidatáveis a este tipo de apoio. -----

-----Relativamente ao artigo quarto, ponto um ponto seis, afirmou que, em vez de se exigir a apresentação da escritura, deveria ser pedida certidão de registo, documento comprovativo da propriedade do imóvel. -----

-----Quanto ao mencionado no artigo oitavo, ponto um, afirmou que a Autarquia não deveria pagar antes da obra ter terminado e que o respectivo pagamento deveria ser feito contra a apresentação da respectiva factura. -----

-----Fez ainda algumas correcções ao texto. -----

-----Terminada a intervenção de Miguel Summavielle, usou da palavra Belarmino Costa para felicitar quem ainda tinha condições para fazer considerações sobre as propostas. Disse que, dado o adiante da hora, estavam a aprovar, ou não, as matérias agendadas por atacado, sem levarem em conta algumas matérias ou discussão necessária que algumas propostas exigiriam. Afirmou que não estava em condições de as debater, resultando numa má opção a aprovação da continuidade dos trabalhos. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que algumas das observações efectuadas eram pertinentes e que estavam disponíveis para as acolher, no sentido de melhorarem o regulamento em discussão. Afirmou, ainda, não ter havido aproveitamentos do programa e que pela sua natureza não deveriam burocratizar demasiado, ou seja, deveria fazer-se uma análise ao que foi efectuado para perceberem se a exigência do registo ou do contrato de arrendamento não seria uma exigência que poderia dificultar a aplicação do objectivo do programa. -----

-----Relativamente à questão do pagamento, afirmou que estava de acordo com a observação efectuada. -----

-----Usou da palavra Miguel Summavielle para perguntar se não seria de fazer as alterações propostas e trazer o regulamento na próxima sessão da Assembleia, de forma a votarem mais conscientemente, uma vez que dessa forma iriam ficar dúvidas sobre o acatamento ou não das propostas de alterações. -----

-----Como mais ninguém quis intervir, foi colocada a votação sendo **aprovada, com sete abstenções**. -----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto seis – Proposta da Câmara de alteração ao Regulamento do Programa Ser Solidário**. Tomou a palavra o Presidente da Câmara para explicar que a alteração efectuada era, essencialmente, uma actualização do valor, melhorando o subsídio que se atribuía aos jovens. -----

-----Tomou a palavra Miguel Summavielle que iniciou a sua intervenção fazendo uma correcção ao texto, nomeadamente, à data da apreciação pela Assembleia Municipal. -----

-----Propôs que o presente programa se estendesse a licenciados que terminavam a sua formação e não tinham perspectivas de emprego. Afirmou, ainda, que deveria ser colocado no texto uma chamada de atenção/obrigatoriedade no sentido de que os alunos que frequentavam o décimo segundo ano e estivessem abrangidos pelo programa deveriam ser obrigados a terem aproveitamento escolar. Disse ainda que deveria ser incluída uma quantificação relativa aos valores dos rendimentos dos agregados familiares na atribuição do próprio subsídio, de forma a haver justiça social.

Disse, também, que se deveria divulgar a bolsa de oferta de propostas de trabalho que estavam previstas no presente programa. -----

-----Seguidamente, tomou palavra Fátima Caldeira para dizer que não concordava com a chamada de atenção de Miguel Summavielle relativa à proposta de obrigatoriedade de aproveitamento escolar dos jovens que não concluíram o décimo segundo ano e eram candidatos ao presente programa. Afirmou ainda que o regulamento previa que os jovens se candidatassem apenas uma vez ao presente programa. -----

-----Tomou, novamente, a palavra Miguel Summavielle para dizer que era apenas uma questão de responsabilização do próprio candidato e que se a Câmara estava a apoiar, eles tinham que cumprir com o aproveitamento escolar. -----

-----Por fim, tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que a insistência de Miguel Summavielle na transparência e na lisura o começava a incomodar. Informou, ainda, que o presente programa, bem como qualquer outro, podia ser fiscalizado pela Assembleia Municipal. Disse também que o subsídio não era nenhuma bolsa, uma vez que o jovem contribuía com o seu trabalho. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação. **Foi aprovada, por maioria, com um voto contra e cinco abstenções.** -----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto sete – Proposta da Câmara de alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso.** Tomou a palavra o Presidente da Câmara para explicar as alterações da proposta. -----

-----De seguida, interveio Joaquim Magalhães para propor que se alterasse o valor de escudos para a moeda actual. Perguntou, ainda, quais as empresas a que dizia respeito e quais as que poderiam fazer parte. Finalizou solicitando que se efectuasse a correcção do texto da proposta. -----

-----Como mais ninguém quis intervir, foi colocada a votação. **Foi aprovada, por unanimidade.** -----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto oito – Aprovação do Regulamento Municipal de Segurança.** Tomou a palavra Miguel Summavielle que começou por fazer algumas correcções ao texto do Regulamento. -----

-----De seguida fez algumas observações ao regulamento, propondo algumas alterações, nomeadamente, ao artigo quarto, no que se referia ao

número de representantes da Assembleia Municipal e de Presidentes de Juntas de Freguesia, no Conselho Municipal de Segurança, propôs que deveria ser definida a regra da proporcionalidade, em função da representatividade das forças políticas na Assembleia Municipal. -----

-----Ainda no mesmo artigo, afirmou que se deveriam definir os critérios de idoneidade e vedar o acesso a pessoas que tenham processos em tribunal ou que tenham sido condenados, evitando situações menos claras. -----

-----Quando ia analisar o artigo décimo, foi interrompido pelo Presidente da Mesa que esclareceu que o presente regulamento era provisório, e que ainda iria ser remetido ao Conselho Municipal de Segurança para a emissão de parecer e remetido novamente à Assembleia Municipal para ser discutido e votado em Regulamento final. Concluiu dizendo que estavam perante um documento provisório do regulamento e que posteriormente voltaria à Assembleia com uma proposta final. -----

-----Retomou, novamente, a palavra Miguel Summavielle para dizer que estava a dar o seu contributo, as suas ideias. Retomando o seu raciocínio, afirmou que na parte referente ao quórum das reuniões, as mesmas deveriam funcionar de seguida e não deveriam esperar os trinta minutos. -----

-----No artigo décimo quarto, relativo à periodicidade dos pareceres, solicitou esclarecimento sobre se os mesmos seriam anuais ou bianuais. -----

-----Sugeriu, ainda, que no ponto dois do mesmo artigo, para um melhor esclarecimento, se acrescentasse que o parecer ia ser remetido à Câmara e à Assembleia Municipal, para conhecimento. -----

-----Tomou, novamente, a palavra o Presidente da Mesa para esclarecer que algumas das questões colocadas eram inalteráveis porque o regulamento era uma cópia da Lei. -----

-----Seguidamente, interveio Vítor Silva para dizer que se deveria colocar um prazo para a apresentação do documento final. -----

-----O Presidente da Mesa esclareceu que o prazo estava fixado na Lei. -----

-----Tomou a palavra Simão Freitas para dizer que estava mais preocupado pelo facto de, passados mais de dois anos da constituição do Conselho Municipal de Segurança, este ainda ser um documento provisório e não um definitivo. Disse que este órgão deveria começar os trabalhos a mais cedo possível. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação. **Foi aprovado, por maioria, com dez abstenções.** -----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto novo – Proposta de discussão apresentada pela CDU sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Fafe.** -----

----- Tomou a palavra Miguel Summavielle que começou por dizer que estava desagrado por ter de discutir o presente assunto numa hora tão avançada. Reiterou o que tinha mencionado anteriormente sobre o documento, afirmando que se tratava de um documento de excelente qualidade e que previa a quase totalidade das questões, enquadrava muitas daquelas que seriam necessárias enquadrar, mas que se afastava daquilo que era a proposta da CDU aprovada na Assembleia Municipal. Afirmou que a proposta da CDU fazia menção a que o tratamento da presente questão deveria ser o mais abrangente possível. -----

-----Afirmou que o presente documento enquadrava a acção, a prevenção e o combate ao incêndio e o que pretendiam ver salvaguardado englobava um conjunto acções de prevenção primária ou de planeamento, e neste caso, todas as questões de definição de manchas com caracterização real e efectiva no terreno, das manchas de floresta existente no concelho; afirmou que deveria ser efectuada a determinação do seu estado, idade, sua composição do povoamento a dimensão dos exemplares e depois fazer, em conjunto com organizações como a Cofafe e Juntas de Freguesia, um processo de planeamento mais abrangente e global de toda a floresta. -----

----- Disse, ainda, que era do seu entendimento que a floresta representava uma riqueza porque podia potenciar um recurso turístico que o concelho de Fafe tinha. -----

-----Referenciou a grande mancha de carvalhos espontâneos que deveria ser salvaguardada e não o era uma vez que nem sequer estavam identificados. -----

-----Disse ainda, que deveriam estar previstas acções de sensibilização em zonas de lazer e que deveria ter sido feita uma reunião de apresentação do Plano, aberta à população em geral. -----

-----Afirmou que também deveriam ser feitas acções de formação mais concretas, e caso ainda não existisse, deveria ser colocada sinalização dos postos de vigia e dos postos de água existentes. -----

-----Colocou uma questão relativa à autoria da definição da localização dos parques de lazer que estavam previstos, para terem a certeza de que estavam devidamente localizados. -----

-----Mostrou, ainda, preocupação por não existir verba para a construção e manutenção de caminhos que eram fundamentais durante o combate a incêndios. -----

-----Finalizou afirmando que o presente Plano se baseava numa bastíssima informação, mas necessitava de um apoio de terreno mais fundamentado. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra Simão Freitas para dizer que estava com muita dificuldade para debater o tema devido à tecnicidade da linguagem utilizada, solicitando que o Plano fosse apresentado em linhas gerais para que todos os membros pudessem debater o assunto de forma mais preocupada e não de uma forma tão técnica. -----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos foi, pelo Senhor Presidente da Mesa, dada a palavra ao público. Como ninguém quis intervir, foi encerrada a sessão. Passando-se para a aprovação da acta da sessão anterior, foi perguntado aos Membros da Assembleia se pretendiam fazer alguma alteração ao texto. Como ninguém quis intervir foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade. -----

-----Seguidamente, foi colocada a votação a acta em minuta da presente sessão, sendo aprovada, por unanimidade. -----

-----Foram declarados encerrados os trabalhos quando eram duas horas e trinta minutos. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.-----